

Diário Oficial do Estado - 11-05-2016

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Ato do Defensor Público-Geral, de 29-4-2016

Nomeando, com fundamento no inciso VII do artigo 19, da Lei Complementar 988 de 09-01-2006, para ocupar o cargo efetivo de OFICIAL DE DEFENSORIA PÚBLICA, em Jornada Integral, na EV-I no SQCA-III, referência 1 (um), Grau "A", de que trata o anexo do Artigo 12 da Lei Complementar 1050 de 24-06-2008, em vaga decorrente da criação pela Lei Complementar 1203, de 25-06-2013, Artigo 1, Inciso I, alínea "a", os abaixo indicados, aprovados em concurso público de provas e títulos:

Andrea Costa Santos, RG 226113826

Ato do Defensor Público-Geral do Estado, de 10-5-2016

Concedendo, com fundamento nos artigos 19, XV, 31, VII e 147, todos da LC 988/06, e nos termos do processo CSDP 259/2016, a Luciana Beirigo Oliveira, Oficial de Defensoria de Defensoria, licença para tratar de interesses particulares, sem vencimentos, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 12-05-2016.

Ato do Defensor Público-Geral do Estado, de 13-6-2014

Designando, com fundamento no art. 19, I e II, da LC 988/06, o Defensor Público Luiz Fernando Baby Miranda para, com prejuízo de suas atribuições, prestar serviços na Defensoria Pública-Geral, junto à Assessoria Jurídica, e atribuindo a gratificação mensal a título de representação, prevista no art. 135, III, da Lei 10.261/68, calculada mediante a aplicação do coeficiente de 33,54 sobre a Unidade Básica de Valor –UBV, de que trata o art. 33 da Lei Complementar 1.080/2008, a partir de 16-6-2014.

Ato do Defensor Público-Geral do Estado, de 9-5-2016

Designando, com fundamento no artigo 19, I e II, da LC 988/06, a Defensora Pública Simone Lavelle Godoy de Oliveira para, com prejuízo de suas atribuições ordinárias, realizar atividades relativas à Comissão de Acompanhamento de Estágio Probatório – CAEP, no período de 10 a 13-05-2016.

Ato do Defensor Público Geral do Estado, de 25-4-2016

Considerando a atribuição do Defensor Público-Geral prevista no art. 19, inc. VII, da LC 988/06;

Considerando que o Agente de Defensoria Pública Rodrigo Marcos Antonio Barbieri Gonçalves preencheu os requisitos previstos no art. 31 do Ato Normativo DPG 23, de 06-10-2009, conforme manifestação do Coordenador Auxiliar de Administração, lançada nos autos 1030/2016;

Considerando que, nos termos da certidão do DRH emitida nos autos em referência, o interessado ocupa o cargo de Agente de Defensoria Pública – Ref. 01 – Grau B;

O Defensor Público-Geral do Estado **RESOLVE** promover o Agente de Defensoria Marcos Antonio Barbieri Gonçalves da Referência 1 para a Referência 2 – Grau "A" da Escala de Vencimentos – Intermediária de que trata a Lei Complementar 1.050/08, com efeitos a partir de 01-01-2016, nos termos do parágrafo único do art. 32 do Ato Normativo DPG 23/2009.

Ato do Defensor Público Geral do Estado, de 25-4-2016

Considerando a atribuição do Defensor Público-Geral prevista no art. 19, inc. VII, da LC 988/06;

Considerando que o Oficial de Defensoria Pública Fabio Renato Florêncio de Almeida preencheu os requisitos previstos no art. 31 do Ato Normativo DPG 23, de 06-10-2009, conforme

manifestação do Coordenador Auxiliar de Administração, lançada nos autos 1002/2016;

Considerando que, nos termos da certidão do DRH emitida nos autos em referência, o interessado ocupa o cargo de Oficial de Defensoria Pública – Ref. 01 – Grau B;

O Defensor Público-Geral do Estado **RESOLVE** promover o Oficial de Defensoria Fabio Renato Florêncio de Almeida da Referência 1 para a Referência 2 – Grau “A” da Escala de Vencimentos – Intermediária de que trata a Lei Complementar 1.050/08, com efeitos a partir de 01-01-2016, nos termos do parágrafo único do art. 32 do Ato Normativo DPG 23/2009.

Ato do Defensor Público Geral do Estado, de 25-04-2016

Considerando a atribuição do Defensor Público-Geral prevista no art. 19, inc. VII, da LC 988/06;

Considerando que o Oficial de Defensoria Pública Gabriel Pinto Nunes preencheu os requisitos previstos no art. 31 do Ato Normativo DPG 23, de 06-10-2009, conforme manifestação do Coordenador Auxiliar de Administração, lançada nos autos 1009/2016;

Considerando que, nos termos da certidão do DRH emitida nos autos em referência, o interessado ocupa o cargo de Oficial de Defensoria Pública – Ref. 01 – Grau B;

O Defensor Público-Geral do Estado **RESOLVE** promover o Oficial de Defensoria Gabriel Pinto Nunes da Referência 1 para a Referência 2 – Grau “A” da Escala de Vencimentos – Intermediária de que trata a Lei Complementar 1.050/08, com efeitos a partir de 01-01-2016, nos termos do parágrafo único do art. 32 do Ato Normativo DPG 23/2009.

Ato do Defensor Público Geral do Estado, de 25-4-2016

Considerando a atribuição do Defensor Público-Geral prevista no art. 19, inc. VII, da LC 988/06;

Considerando que a Oficial de Defensoria Pública Flávia Agostini preencheu os requisitos previstos no art. 31 do Ato Normativo DPG 23, de 06-10-2009, conforme manifestação do Coordenador Auxiliar de Administração, lançada nos autos 1006/2016;

Considerando que, nos termos da certidão do DRH emitida nos autos em referência, a interessada ocupa o cargo de Oficial de Defensoria Pública – Ref. 01 – Grau B;

O Defensor Público-Geral do Estado **RESOLVE** promover a Oficial de Defensoria Flávia Agostini da Referência 1 para a Referência 2 – Grau “A” da Escala de Vencimentos – Intermediária de que trata a Lei Complementar 1.050/08, com efeitos a partir de 01-01-2016, nos termos do parágrafo único do art. 32 do Ato Normativo DPG 23/2009.

Ato do Defensor Público Geral do Estado, de 25-4-2016

Considerando a atribuição do Defensor Público-Geral prevista no art. 19, inc. VII, da LC 988/06;

Considerando que o Oficial de Defensoria Pública Alexandre Dall Ovo Thurmann preencheu os requisitos previstos no art. 31 do Ato Normativo DPG 23, de 06-10-2009, conforme manifestação do Coordenador Auxiliar de Administração, lançada nos autos 981/2016;

Considerando que, nos termos da certidão do DRH emitida nos autos em referência, o interessado ocupa o cargo de Oficial de Defensoria Pública – Ref. 01 – Grau B;

O Defensor Público-Geral do Estado **RESOLVE** promover o Oficial de Defensoria Alexandre Dall Ovo Thurmann da Referência 1 para a Referência 2 – Grau “A” da Escala de Vencimentos – Intermediária de que trata a Lei Complementar 1.050/08, com efeitos a partir de 01-01-2016, nos termos do parágrafo único do art. 32 do Ato Normativo DPG 23/2009.

Ato do Defensor Público Geral do Estado, Respondendo pelo Expediente da Defensoria Pública-Geral, de 25-4-2016

Considerando a atribuição do Defensor Público-Geral prevista no art. 19, inc. VII, da LC 988/06;

Considerando que a Oficial de Defensoria Pública Isabel Pereira dos Santos preencheu os requisitos previstos no art. 31 do Ato Normativo DPG 23, de 06-10-2009, conforme manifestação do Coordenador Auxiliar de Administração, lançada nos autos 1013/2016;

Considerando que, nos termos da certidão do DRH emitida nos autos em referência, a interessada ocupa o cargo de Oficial de Defensoria Pública – Ref. 01 – Grau B;

O Defensor Público-Geral do Estado **RESOLVE** promover a Oficial de Defensoria Pública Isabel Pereira dos Santos da Referência 1 para a Referência 2 – Grau “A” da Escala de Vencimentos – Intermediária de que trata a Lei Complementar 1.050/08, com efeitos a partir de 01-01-2016, nos termos do parágrafo único do art. 32 do Ato Normativo DPG 23/2009.

Ato do Defensor Público Geral do Estado, de 25-4-2016

Considerando a atribuição do Defensor Público-Geral prevista no art. 19, inc. VII, da LC 988/06;

Considerando que o Oficial de Defensoria Pública Rodrigo Yukio Ansai preencheu os requisitos previstos no art. 31 do Ato Normativo DPG 23, de 06-10-2009, conforme manifestação do Coordenador Auxiliar de Administração, lançada nos autos 1039/2016;

Considerando que, nos termos da certidão do DRH emitida nos autos em referência, o interessado ocupa o cargo de Oficial de Defensoria Pública – Ref. 01 – Grau B;

O Defensor Público-Geral do Estado **RESOLVE** promover o Oficial de Defensoria Pública Rodrigo Yukio Ansai da Referência 1 para a Referência 2 – Grau “A” da Escala de Vencimentos – Intermediária de que trata a Lei Complementar 1.050/08, com efeitos a partir de 01-01-2016, nos termos do parágrafo único do art. 32 do Ato Normativo DPG 23/2009.

Ato do Defensor Público Geral do Estado, de 25-4-2016

Considerando a atribuição do Defensor Público-Geral prevista no art. 19, inc. VII, da LC 988/06;

Considerando que a Agente de Defensoria Pública Carolina Gomes Duarte preencheu os requisitos previstos no art. 31 do Ato Normativo DPG 23, de 06-10-2009, conforme manifestação do Coordenador Auxiliar de Administração, lançada nos autos 991/2016;

Considerando que, nos termos da certidão do DRH emitida nos autos em referência, a interessada ocupa o cargo de Agente de Defensoria Pública – Ref. 01 – Grau B;

O Defensor Público-Geral do Estado **RESOLVE** promover a Agente de Defensoria Pública Carolina Gomes Duarte da Referência 1 para a Referência 2 – Grau “A” da Escala de Vencimentos – Intermediária de que trata a Lei Complementar 1.050/08, com efeitos a partir de 01-01-2016, nos termos do parágrafo único do art. 32 do Ato Normativo DPG 23/2009.

Ato do Defensor Público Geral do Estado, de 25-4-2016

Considerando a atribuição do Defensor Público-Geral prevista no art. 19, inc. VII, da LC 988/06;

Considerando que a Agente de Defensoria Pública Virginia Regina de Oliveira preencheu os requisitos previstos no art. 31 do Ato Normativo DPG 23, de 06-10-2009, conforme manifestação do Coordenador Auxiliar de Administração, lançada nos autos 1046/2016;

Considerando que, nos termos da certidão do DRH emitida nos autos em referência, a interessada ocupa o cargo de Agente de Defensoria Pública – Ref. 01 – Grau B;

O Defensor Público-Geral do Estado **RESOLVE** promover a Agente de Defensoria Pública Virginia Regina de Oliveira da Referência 1 para a Referência 2 – Grau “A” da Escala de Vencimentos – Intermediária de que trata a Lei Complementar 1.050/08, com efeitos a partir de 01-01-2016, nos

termos do parágrafo único do art. 32 do Ato Normativo DPG 23/2009.

Ato do Defensor Público Geral do Estado, de 25-4-2016

Considerando a atribuição do Defensor Público-Geral prevista no art. 19, inc. VII, da LC 988/06;

Considerando que a Agente de Defensoria Pública Ana Lúcia Pinto Gouveia preencheu os requisitos previstos no art. 31 do Ato Normativo DPG 23, de 06-10-2009, conforme manifestação do Coordenador Auxiliar de Administração, lançada nos autos 985/2016;

Considerando que, nos termos da certidão do DRH emitida nos autos em referência, a interessada ocupa o cargo de Agente de Defensoria Pública – Ref. 01 – Grau B;

O Defensor Público-Geral do Estado **RESOLVE** promover a Agente de Defensoria Ana Lúcia Pinto Gouveia da Referência 1 para a Referência 2 – Grau “A” da Escala de Vencimentos – Intermediária de que trata a Lei Complementar 1.050/08, com efeitos a partir de 01-01-2016, nos termos do parágrafo único do art. 32 do Ato Normativo DPG 23/2009.

Ato do Defensor Público-Geral do Estado, de 10-5-2016

Designando, com fundamento no artigo 19, I e II, da Lei Complementar 988/06, a Defensora Pública Ana Paula de Oliveira Castro Meirelles Lewin, Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher, para participar de Reunião Ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher do CONDEGE, a realizar-se no dia 02-06-2016, em Salvador / BA.

Ato do Defensor Público-Geral do Estado, de 10-5-2016

Designando, com fundamento no artigo 19, I e II, da Lei Complementar 988/06, a Defensora Pública Ana Paula de Oliveira Castro Meirelles Lewin, Coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher, para participar do Seminário “Política Pública de acesso à justiça para mulheres em situação de violência: contexto atual e perspectivas”, promovido pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, a realizar-se no dia 03-06-2016, em Salvador / BA.

Ato do Defensor Público-Geral do Estado, de 10-5-2016

Convocando, com fundamento no artigo 19, I e II, da LC 988/06, a pedido do Presidente, os Defensores Públicos abaixo indicados para participarem de reunião ordinária da Comissão Central de Prerrogativas da Defensoria Pública, a se realizar no dia 24-05-2016, às 9h30, na sede da Defensoria Pública, situada na Rua Boa Vista, 200, 1º andar, São Paulo:

Fernando Catache Borian, com prejuízo de suas atribuições;

Guilherme Diniz Barbosa, com prejuízo de suas atribuições;

Simone Lavelle Godoy de Oliveira, com prejuízo de suas atribuições.

Ato do Defensor Público Geral do Estado, de 25-4-2016

Considerando a atribuição do Defensor Público-Geral prevista no art. 19, inc. VII, da LC 988/06;

Considerando que o Oficial de Defensoria Pública Luciano Martins da Costa preencheu os requisitos previstos no art. 31 do Ato Normativo DPG 23, de 06-10-2009, conforme manifestação do Coordenador Auxiliar de Administração, lançada nos autos 8221/2015;

Considerando que, nos termos da certidão do DRH emitida nos autos em referência, o interessado ocupa o cargo de Oficial de Defensoria Pública – Ref. 01 – Grau B;

O Defensor Público-Geral do Estado **RESOLVE** promover o Oficial de Defensoria Luciano Martins da Costa da Referência 1 para a Referência 2 – Grau “A” da Escala de Vencimentos – Intermediária de que trata a Lei Complementar 1.050/08, com efeitos a partir de 01-08-2015, nos termos do parágrafo único do art. 32 do Ato Normativo DPG 23/2009.

SEGUNDA SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO

Ato do Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado e do Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado, de 5-5-2016

Designando, com base no artigo 1º, I e II, “f”, do Ato da Defensora Pública-Geral de 14-02-2014, publicado no D.O. de 15-02-2014 c.c. artigos 23 e 25 da LCE n. 988/2006, os Defensores Públicos abaixo relacionados para participarem das atividades de inspeção nas Penitenciárias Femininas e horários indicados, no dia 06-05-2016:

Penitenciária Feminina de Santana – das 10 às 15 horas

Laura Sarti Cortes (sem prejuízo das atribuições)

Bruno Lopes de Oliveira (com prejuízo das atribuições)

Eduardo Queiroz (sem prejuízo das atribuições)

Luana Pereira do Amaral (com prejuízo das atribuições)

Fernanda Fernandes Gomes Roza (sem prejuízo das atribuições)

Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu- das 11 às 18 horas

Veronica dos Santos Sionti

Thiago Pedro Pagliuca dos Santos (com prejuízo das atribuições)

Bruno Shimizu

Penitenciária Feminina de Campinas – das 11 horas às 16h40

Andre Eugenio Marcondes (com prejuízo das atribuições)

Mateus Oliveira Moro (com prejuízo das atribuições)

Leandro de Col Loss (com prejuízo das atribuições)

Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto – das 13horas às 18h30

Douglas Schauerhuber Nunes (com prejuízo das atribuições)

Angelo de Camargo Dalben (com prejuízo das atribuições)

Camila Galvao Tourinho (sem prejuízo das atribuições)

Ato do Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado, de 10-5-2016

Considerando o Ato do Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado, de 02-05-2016, publicado no DO de 03-05-2016, que regulamentou a participação de Defensores Públicos no “Mutirão da Cidadania de São Paulo”, a se realizar no dia 14-05-2016, na Unidade Móvel da Defensoria Pública, alocada na Rua Alto Jardim, 5, Sapopemba, São Paulo – SP;

Artigo 1º. Designo, nos termos do artigo 1º, I, “f”, do Ato da Defensora Pública-Geral do Estado, de 14-02-2014, publicado no DO de 15-02-2014, a Defensora Pública Lucia Thomé Reinert para atuar no evento, no período das 12 às 16 horas.

Artigo 2º. Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

TERCEIRA SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO

Ato do Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado, de 5-5-2016

Autorizando, com base no artigo 1º, II, “d”, do Ato da Defensora Pública-Geral do Estado, de 14-02-2014, publicado no D.O. de 15-02-2014, e nos termos da decisão proferida no processo Terceira Subdefensoria Pública-Geral 4441/2011, o Defensor Público Marcelo Martiniano de Oliveira, Coordenador Auxiliar da Unidade São José do Rio Preto – Regional São José do Rio Preto, a se afastar de suas atribuições ordinárias, para tratar exclusivamente de assuntos afetos à Coordenação Regional, dois dias por semana, no período de 04 a 20-04-2016.

CORREGEDORIA GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Despacho da Corregedoria-Geral, de 10-5-2016

PAD ORDINÁRIO CPP 002/2016.

Indiciado: D.O, RG 6.044.738-2. Advogada Dra. Mariana Cristina Capovilla OAB/SP 300450: O Defensor Público Corregedor Auxiliar, Dr. Glauber Callegari, Presidente da Comissão Processante Permanente, na forma da lei, determina a intimação do Indiciado e de sua patrona ficarem cientes da realização da audiência de instrução no dia 31-05-2016, a partir das 10 horas, na sede da Corregedoria-Geral, Rua Boa vista, 200, 4º Andar, Centro, São Paulo/SP, quando serão ouvidas as testemunhas arroladas na portaria inaugural e pela defesa.

No ensejo, ficam cientes da juntada de documentos à fls. 88/90 dos autos, bem como da possibilidade de juntada de declarações da testemunha lotada em Unidade do Interior, na impossibilidade de comparecimento.

Autos à disposição na secretaria da Corregedoria-Geral, bem como por mensageria eletrônica institucional: corregedoria@defensoria.sp.gov.br

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Portaria do Coordenador Auxiliar de Administração, de 10-5-2016

Credenciando com fundamento no artigo 72 da Lei Complementar 988 de 09-01-2006 combinado com o artigo 16 das Disposições Transitórias e Finais da Deliberação CSDP 26, de 21-12-2006, para exercer a função de estagiário de direito, na Defensoria Pública do Estado, o(s) estudante(s):

UNIDADE SANTO AMARO

Patricia Dias Crispim, RG. 35485298X, a partir de 09-05-2016

UNIDADE FAZENDA PÚBLICA

Ana Luiza Borges Costa, RG. 322860568, a partir de 09-05-2016

UNIDADE CÍVEL

Talita Salgado da Rocha, RG. 491664461, a partir de 09-05-2016

POLO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO FAMÍLIA

Jessica Santos Batista, RG. 472557440, a partir de 10-05-2016

UNIDADE JAÚ

Jade Karina de Souza, RG. 410246566, a partir de 10-05-2016

UNIDADE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Paula Lorrane Rodrigues, RG. 406614726, a partir de 09-05-2016

ASSESSORIA JURÍDICA

Caique Vinicius Castro Souza, RG. 490475462, a partir de 02-05-2016

UNIDADE MAUA

Bruno Trevisani Brianti, RG. 489567381, a partir de 10-05-2015

POLO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO CÍVEL

Marília dos Santos Souza, RG. 259172443, a partir de 09-05-2016

Portaria do Coordenador Auxiliar de Administração, de 10-5-2016

Descredenciando, com fundamento no artigo 78, inciso I, da Lei Complementar 988 de 09-01-2006 combinado com o artigo 16 das Disposições Transitórias e Finais da Deliberação CSDP 26, de 21-12-2006, de exercer a função de estagiário de direito, na Defensoria Pública do

Estado, o(s) estudante(s):

UNIDADE JAÚ

Gabriel Liberato Ferrari, RG. 488447665, a partir de 09-05-2016

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Despacho do Diretor Técnico, de 10-5-2016

Convocando a comparecer à presença do Departamento de Recursos Humanos (Rua Boa Vista, 103 – 07º andar – Centro/SP), para orientação funcional:

Lezia Franca da Silva, RG 18.156.093-8, no dia 19-05-2016 às 14h.

Despacho do Diretor Técnico do Departamento, de 9-5-2016

Deferindo, o pedido de licença maternidade à Patricia da Costa Rodrigues, RG. 43602423-8, Oficial de Defensoria Pública, pelo período de 180 dias a partir de 29-04-2016.

Ato do Diretor Técnico, de 10-5-2016

Convocando os candidatos aprovados em Concurso de Estagiários de Direito da Defensoria Pública, abaixo relacionados a comparecerem à DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - UNIDADE ARAÇATUBA, procurar William Eduardo Leandro –, Rua XV de novembro, 395 – CEP 16030-010 - no dia 16-05-2016 às 10h, para entrega dos documentos discriminados abaixo.

Thiago da Silva Rodrigues RG: 48.926.876-6;

Tainá Albertin Doná RG: 48.926.876-6;

Reginaldo Evangelista da Silva RG: 27.742.507-4.

-Os candidatos acima relacionados e convocados pelo DRH deverão providenciar e entregar os seguintes documentos, em cópias autenticadas ou originais e cópias simples:

Declaração de matrícula constando o vínculo do próximo ano; fornecida da Instituição de ensino;

Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos

(www.tse.gov.br);

Atestado de Antecedentes Criminais (www2.ssp.sp.gov.br/atestado);

Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal (www.jfsp.jus.br);

Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas e Sessões Judiciárias onde o candidato residiu a partir dos 18 anos de idade;

Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);

Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;

Cópia reprográfica da cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;

Cópia reprográfica da certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;

Cópia reprográfica do certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;

Cópia reprográfica de CPF;

Cópia reprográfica do título de eleitor;

1 foto 3x4.

Ato do Diretor Técnico, de 10-5-2016

Convocando os candidatos aprovados em Concurso de Estagiários de Direito da Defensoria Pública, abaixo relacionados a comparecerem à DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - REGIONAL CENTRAL - UNIDADE POLO ESPECIALIZADO CÍVEL no dia 17-05-2016 às 14H00, procurar Regiane da Silva Costa – Avenida Liberdade, 32, 3º Andar, Sala 05 - Liberdade – São Paulo-SP, para entrega dos documentos discriminados abaixo.

Eliane Ferreira da Costa RG: 26.733.475-8;

Elisabeth Feres Teixeira RG: 13.006.645-X;

Elcio Koiti Azuma RG: 18.310.706-8.

-Os candidatos acima relacionados e convocados pelo DRH deverão providenciar e entregar os seguintes documentos, em cópias autenticadas ou originais e cópias simples:

Declaração de matrícula constando o vínculo do próximo ano; fornecida da Instituição de ensino; Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);

Atestado de Antecedentes Criminais (www2.SSP.SP.gov.BR/atestado);

Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal (www.jfsp.jus.br);

Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas e Sessões Judiciárias onde o candidato residiu a partir dos 18 anos de idade;

Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);

Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais; Cópia reprográfica da cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;

Cópia reprográfica da certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;

Cópia reprográfica do certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;

Cópia reprográfica de CPF;

Cópia reprográfica do título de eleitor.

Ato do Diretor Técnico, de 10-5-2016

Convocando os candidatos aprovados em Concurso de Estagiários de Direito da Defensoria Pública, abaixo relacionados a comparecerem à DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - REGIONAL MOGI DAS CRUZES - Unidade Itaquaquetuba no dia 11-05-2016, procurar Tamar Agra Silva – Rua José Barbosa de Araújo, Vila Virgínia – Itaquaquetuba- São Paulo- SP- CEP: 08573-040, para entrega dos documentos discriminados abaixo.

Lana Alves Santana da Silva RG: 40.083.173-9;

-Os candidatos acima relacionados e convocados pelo DRH deverão providenciar e entregar os seguintes documentos, em cópias autenticadas ou originais e cópias simples:

Declaração de matrícula constando o vínculo do próximo ano; fornecida da Instituição de ensino;

Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);

Atestado de Antecedentes Criminais (www2.SSP.SP.gov.BR/atestado);

Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal (www.jfsp.jus.br);

Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas e Sessões Judiciárias onde o candidato residiu a partir dos 18 anos de idade;
Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);
Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;
Cópia reprográfica da cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;
Cópia reprográfica da certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;
Cópia reprográfica do certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;
Cópia reprográfica de CPF;
Cópia reprográfica do título de eleitor.

Ato do Diretor Técnico, de 10-5-2016

Convocando os candidatos aprovados em Concurso de Estagiários de Direito da Defensoria Pública, abaixo relacionados a comparecerem à DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - UNIDADE RIO CLARO no dia 10-05-2016 às 14h, procurar Raquel Vieira Simião – Avenida 17, 1810 – Bairro Consolação - Rio Claro - SP, para entrega dos documentos discriminados abaixo.

Ariel Jeronimo Toledo da Silva RG: 40.303.293-3;

Isis Lara Paulino RG: 40.192.392-7;

-Os candidatos acima relacionados e convocados pelo DRH deverão providenciar e entregar os seguintes documentos, em cópias autenticadas ou originais e cópias simples:

Declaração de matrícula constando o vínculo do próximo ano; fornecida da Instituição de ensino;

Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos

(www.tse.gov.br);

Atestado de Antecedentes Criminais (www2.ssp.sp.gov.br/atestado);

Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal (www.jfsp.jus.br);

Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas e Sessões Judiciárias onde o candidato residiu a partir dos 18 anos de idade;

Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);

Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;

Cópia reprográfica da cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;

Cópia reprográfica da certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;

Cópia reprográfica do certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;

Cópia reprográfica de CPF;

Cópia reprográfica do título de eleitor.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Comunicado

Processo 7807/2015

Pregão Eletrônico 011/2016

Objeto: Ata de Registro de Preços para aquisição de estantes de aço.

Assunto: Relatório de análise e julgamento de amostra

RELATÓRIO

Trata-se da aquisição, através do Sistema de Registro de Preços, de estantes de aço. Nos termos do subitem 7.25 do Edital, a sessão pública realizada em 12-04-2016 restou suspensa para recebimento da amostra da Licitante classificada para o Item estante de aço mencionado no Memorial Descritivo (Anexo I do Edital).

ANÁLISE DA AMOSTRA

Estante de aço

Empresa METALÚRGICA PRISMA LTDA – ME - CNPJ: 09.077.347/0001-07

Amostra não entregue no prazo estipulado no item 7.25 do Edital, conforme informação do Departamento de Logística, setor responsável pela análise.

Vale frisar que a licitante não entrou em contato tempestivamente com o Departamento de Logística da Defensoria Pública nem por telefone, ou mesmo por meio do email institucional do setor (dlo@defensoria.sp.gov.br).

Diante do exposto, considero **REPROVADA** a Amostra por não ser entregue no prazo fixado em Edital, restando, portanto, Inabilitada a Licitante METALURGICA PRISMA LTDA - ME.

São Paulo, 10-05-2016

Comunicado

Processo 1488/2016

Interessado: Departamento de Logística

Assunto: Aquisição de placas de identificação patrimonial – sem numeração

Com fundamento no inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666, de 21-06-1993, com alterações posteriores, e no uso da competência a mim conferida pelo artigo 60, da Lei Complementar Estadual 988, de 09-01-2006, combinado com o artigo 20, do Ato Normativo DPG 100, de 23-10-2014, nos termos das manifestações favoráveis constantes dos autos, Autorizo e Dispensar a Licitação para a contratação da empresa Pantogravura Indústria e Comércio de Placas e Brindes Ltda - EPP, inscrita no CNPJ/MF 44.111.789/0001-23, para o fornecimento de placas de identificação patrimonial, no valor total de R\$ 1.400,00.